

# Prefeitura Municipal de Central

Pregão Eletrônico



## ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO SETOR DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTRAL

**MEDICAL 7 COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o número 36.315.577/0001-30, com sede na Av. Luis Viana Filho, 13223, Hangar Business Park Hangar 1, sala 206, São Cristóvão, Salvador-Bahia, representada neste ato por seu representante legal o Sr. **JAIRO RANGEL CABRAL DE ROMA**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade RG nº 846886618 SSP/BA e CPF nº 813.989.995-04, vêm, respeitosamente, com fundamento no artigo Art. 164 da lei nº 14.133/2021, pelas razões e fato e direito a seguir expostas, interpor:

### IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

em face do edital do pregão eletrônico nº 006/2023, Tipo menor preço por lote, que tem como objeto O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR (PENSO), CONFORME ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E CONDIÇÕES DESCRITOS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.



71 3052-8690  
Medical 7 Comércio de Materiais Hospitalares Ltda  
Av. Luis Viana Filho 13223 - Hangar1-Sala 206 - São Cristóvão  
41.500-300 - Salvador- Ba

Praça José de Castro Dourado | 22 | Centro | Central-Ba

[www.central.ba.gov.br](http://www.central.ba.gov.br)

# Prefeitura Municipal de Central



## 1. PRELIMINARMENTE

### 1.1 DA TEMPESTIVIDADE PARA JULGAMENTO DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

A impugnação é tempestivamente proposta, vez que o ato convocatório estipulou em seu item 18.1 prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, que qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

A abertura da sessão pública está prevista para o dia 15 de junho de 2023, logo o último prazo para a interposição da presente impugnação é até o dia 12 de junho de 2023.

## 2. DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO

### 2.1 LOTE COM CLASSIFICAÇÕES DISTINTAS

O presente edital, é do tipo menor preço por Lote, declarando vencedor um licitante para o lote, o que restringe a diversidade de interessados. Destarte, faz-se necessário esclarecer que, o critério de julgamento utilizado, dificulta a ampla participação das empresas interessadas, visto que, para disputar, estas serão compelidas a apresentar proposta para todos os itens licitados no lote.

Em precisa análise ao edital supramencionado, observamos que existem lotes com produtos que tem classificação sanitárias distintas, são eles: no LOTE 01, item 47, LOTE 02, itens 36, 37, 38, 39, e 40, Lote 04, item 17 e Lote 06, item 01.

Dessa forma, os lotes: **LOTE 01, item 47**, **LOTE 02, itens 36, 37, 38, 39, e 40**, **Lote 04, item 17** e **Lote 06, item 01**, anteriormente destacados, são CURATIVOS ESPECIAIS e, devido a isso, não podem continuar junto aos medicamentos ou materiais pensos comuns. Vejamos a definição de curativo:

Curativo ou cobertura é definido como um meio terapêutico que consiste na limpeza e aplicação de material sobre uma ferida para sua proteção, absorção e drenagem, com o intuito de melhorar as condições do leito da ferida e auxiliar em sua resolução (DE SOUZA SMANIOTTO Pedro



71 3052-8690

Medical 7 Comércio de Materiais Hospitalares Ltda

Av. Luís Viana Filho 13223 - Hangar1-Sala 206 - São Cristóvão  
41.500-300 - Salvador- Ba

# Prefeitura Municipal de Central



Henrique, CASTRO FERREIRA Marcus Rafael, GALLI Cesar Isaac. Sistematização de curativos para o tratamento clínico das feridas. Rev Bras Cir Plást. 2012;27(4):623-6

Curativo: Meio terapêutico para limpeza e proteção da ferida (GLENN, 2012; PRAZERES, 2009).

Neste sentido, faz-se necessário que os referidos itens sejam **licitados num lote exclusivo para curativos, visto que os demais itens são medicamentos ou materiais pensos de uso comum**. Assim sendo, os demais itens, são produtos de segmento totalmente diferente, com classificação sanitária distintas e com protocolos e regras específicas para sua comercialização, distribuição e armazenamento.

A continuidade dos referidos itens nos lotes indicados, além de serem produtos diverso das características do lote, **ocasiona a restrição de participação** de muitas empresas, pois estas, por serem de ramos de Material Correlato/Curativos, não teriam condições de fornecer TODOS os produtos, por não comercializa-los na íntegra ou por **NÃO DETER AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. O que pode fracassar o lote.**

Uma empresa que possui autorização, por exemplo, para vender o CURATIVO EM HIDROCOLÓIDE 15X15CM (item 36 do lote 02), não necessariamente terá autorização para vender GEL P/ USG (item 78 do lote 02) ou EQUIPO MULTIVIAS 2 VIAS C/CLAMP (item 20 do lote 04) e assim por sucessivamente.

**O lote 06, por ser um lote de Medicamentos, requer autorização específica da ANVISA e vigilância sanitária, para comercialização.**

Vale salientar que a retirada dos itens: **LOTE 01, item 47, LOTE 02, itens 36, 37, 38, 39, e 40, Lote 04, item 17 e Lote 06, item 01**, comporta plena divisibilidade, sem comprometer o objeto da licitação e sem ocasionar oneração de trabalho à



71 3052-8690  
Medical 7 Comércio de Materiais Hospitalares Ltda  
Av. Luís Viana Filho 13223 - Hangar1-Sala 206 - São Cristóvão  
41.500-300 - Salvador- Ba

# Prefeitura Municipal de Central



administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle.

Para além disso, a união de itens de categorias antagônicas em um mesmo lote ofende gravemente a competitividade da licitação e restringe a igualdade entre os licitantes, consequentemente é frustrada a busca pela melhor proposta.

Manter o ato convocatório do modo como se encontra, afrontar até mesmo ao princípio da legalidade, que garante o direito de participação de QUALQUER INTERESSADO, sem que haja qualquer restrição, conforme está estabelecido no art. 23, § 1º da Lei nº 8.666/93.

**Por conseguinte, analisemos o acórdão abaixo:**

**“O TCU considerou irregularidade a agregação de serviços de natureza distinta, passíveis de parcelamento, em um único objeto de contratação, em desacordo com o disposto no art. 23, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/1993.” (Acórdão 2404/2010 Plenário (Relatório do Ministro Relator)) (grifo nosso)**

O princípio da legalidade salvaguarda os administrados, pois, qualquer ato da administração pública somente terá validade se amparado, pelas leis vigentes no momento da ação. Isto impõe uma demarcação máxima para a atuação do Estado, visando à proteção do administrado em relação ao abuso de poder.

Quando o órgão público se predispõe a licitar, é necessário que se alcance a participação do maior número possível de Licitantes, à vista, tal exigência fere a Lei Federal de licitações nº 8.666/93, que permanece em vigor até 01 de abril de 2023, que assim dispõe em seu artigo 3º:

A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

**§ 1º É vedado aos agentes públicos:**

**I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o**



71 3052-8690



Medical 7 Comércio de Materiais Hospitalares Ltda



Av. Luís Viana Filho 13223 - Hangar1-Sala 206 - São Cristóvão  
41.500-300 - Salvador- Ba

# Prefeitura Municipal de Central



**seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade**, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato (Grifo nosso)

Constata-se que, com base no artigo 3º, que à administração está proibida de incluir no instrumento convocatório de licitação, condições que restrinjam a participação no procedimento licitatório ou que retirem a isonomia das licitantes.

A Constituição Brasileira de 1988, acolheu alguns princípios norteadores da administração pública quando, em seu art. 37, caput, assim dispõe:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:"

"Art. 23 (...)

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)"

Diante do exposto, a que se aplicar os princípios da isonomia e equidade, princípios estes, norteadores da administração pública, haja vista a possibilidade de tratamento desigual que impossibilite a concorrência igualitária por conta do da inserção de item divergente do lote, restringindo a competitividade e a capacidade de participação de empresas.

Destarte, peço a impugnação e consequente extração dos itens contidos nos lote: **LOTE 01, item 47, LOTE 02, itens 36, 37, 38, 39, e 40, Lote 04, item 17, bem como, o Lote 06, item 01**, para que seja licitado num novo lote, à parte, por serem classificados como CURATIVO ESPECIAIS, visando uma maior eficiência no fornecimento e uma melhor composição de propostas mais vantajosas à administração pública que é o objetivo maior do processo licitatório.



71 3052-8690



Medical 7 Comércio de Materiais Hospitalares Ltda



Av. Luís Viana Filho 13223 - Hangar1-Sala 206 - São Cristóvão  
41.500-300 - Salvador- Ba

# Prefeitura Municipal de Central



## 3. DOS REQUERIMENTOS

Ante o exposto,

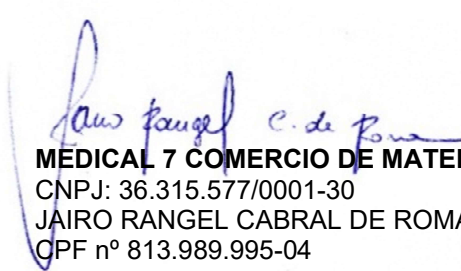
Requer, o deferimento da presente impugnação, para que seja realizado a extração dos itens: **item 47 do Lote 01**, **itens 36, 37, 38, 39, e 40 do Lote 02**, **item 17 do Lote 04** e o **item 01 do lote 06** para que sejam licitados num lote à parte, por serem classificados como **CURATIVOS ESPECIAIS**, bem como, realizar as devidas alterações no edital;

Requer ainda, a alteração da data do certame, para as devidas alterações.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Salvador, 12 de junho 2023.

  
**MEDICAL 7 COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**  
CNPJ: 36.315.577/0001-30  
JAIRO RANGEL CABRAL DE ROMA  
CPF nº 813.989.995-04



71 3052-8690  
Medical 7 Comércio de Materiais Hospitalares Ltda  
Av. Luís Viana Filho 13223 - Hangar1-Sala 206 - São Cristóvão  
41.500-300 - Salvador- Ba